

ESTADO, CÂMBIO E CAFÉ: O TRINÔMIO ARTICULADOR DA POLÍTICA ECONÔMICA DURANTE A PRIMEIRA REPÚBLICA, 1898-1920*

Leandro Salman Torelli**

Resumo: Este texto discute os rumos da política econômica brasileira entre 1898 e 1920 com o objetivo de demonstrar que esta estava atrelada à manutenção da inserção internacional do principal produto de exportação nacional: o café. Assim, destacamos três subperíodos (1898-1906, 1906-1914, 1914-1920) quando as formas de política foram distintas, mas a mesma intenção estava determinando-as, isto é, a defesa dos interesses econômicos da elite cafeeira.

Palavras – chave: Política Econômica – Elite Cafeeira Paulista – Defesa do Café.

Abstract: This paper argue about the ways of the Brazilian political economy between 1898 and 1920 for demonstrate what was linked at the maintenance of the international insertion of the principal national exportation good: the coffee. Indeed, we emphasize three sub periods (1898-1906, 1906-1914, 1914-1920) in which the shapes of politics was different, but with the same intention of to defend the economics interests of the coffee's elite.

Keywords: Economic Politic – Coffee's Elite of São Paulo – Coffee's Defense

* Artigo baseado no Capítulo II da dissertação de mestrado: Leandro Salman Torelli. A Defesa do Café e a Política Cambial: os Interesses da Elite Paulista na Primeira República (1898-1920). Campinas, SP: IE/Unicamp, 2004 (dissertação de mestrado). Trabalho orientado pelo Prof. Dr. José Ricardo Barbosa Gonçalves.

** Mestre em História Econômica pelo Instituto de Economia da Unicamp.

Introdução

Durante os primeiros anos da história republicana brasileira, a elite cafeeira paulista, sem dúvida a de maior força econômica do período, teve papel preponderante em todas as esferas de atividade, sejam estas de ordem social, política ou econômica. Partindo dessa premissa, Torelli (2004) procurou discutir o papel da elite cafeeira paulista durante a Primeira República no que diz respeito aos debates políticos e econômicos relacionados a dois aspectos que interessavam decisivamente àquela elite: a questão cambial e a política de valorização do café. Por meio da pesquisa com os debates parlamentares relacionados ao problema cambial e à defesa do café e aos relatórios do Ministério da Fazenda no período – além dos tratados econômicos no Brasil produzidos naquele momento –, perguntamo-nos em que medida a elite paulista ligada ao café conseguiu ou não impor os seus interesses relacionados a estas questões ao restante dos grupos políticos da Primeira República e como a ação do governo federal no campo econômico refletiu esta influência.

Sendo assim, um *locus* privilegiado de acompanhamento deste processo é a própria política econômica, na medida em que uma ação de defesa destes interesses da elite cafeeira paulista passava pelo Estado¹.

É importante lembrar, além disso, que desde meados do século XIX a inserção do Brasil no mercado mundial passou a depender substancialmente do café. Outros produtos que constavam como importantes na pauta de exportação brasileira no século XIX foram sendo esmagados pela concorrência internacional e, mais especificamente, pela nova lógica de expansão do sistema capitalista a partir do último terço daquele século, fase esta de centralização e concentração de capitais em nível mundial. Segundo Paul Singer (1985), esta nova etapa do capitalismo é a razão do fracasso dos outros produtos brasileiros, com exceção do café, no mercado internacional de trocas. O açúcar, por exemplo, foi expulso pela expansão produtiva nas antigas colônias espanholas da América Central (patrocinada pelos Estados Unidos) e pelo açúcar de beterraba produzido na Alemanha, França e Bélgica, com proteção e subsídios dos governos locais. No caso do algodão, a produção norte-americana foi retomada após a Guerra Civil (1861-1865) e os países europeus resolveram investir na produção deste artigo nas suas novas colônias da África e da Ásia para proteger suas economias contra a expansão industrial dos Estados Unidos.

Dessa forma, o café, paulatinamente, foi se tornando o único produto de inserção internacional que o Brasil podia contar para a entrada de divisas. No momento da Proclamação da República, este já era o quadro definitivo, exclusive. A partir do início do século XX e até o final do período do nosso estudo, a atividade extrativa da borracha teve um papel importante na balança

comercial brasileira.

Por outro lado, os preços do café, que vinham em queda desde meados da década de 1870, por conta do início da crise chamada de Grande Depressão do capitalismo mundial, começam a se recuperar em meados da década seguinte, promovendo um forte incremento na produção. Esta, por sua vez, somente poderia interferir no mercado cerca de cinco anos depois do plantio, visto ser este o tempo médio de maturação do pé de café. Dessa forma, esta nova produção entraria no mercado a partir de meados da década de 1890, forçando uma queda de preços pelo excesso de oferta. Ocorre que a política econômica do início da República, o Encilhamento, fez com que o câmbio sofresse, durante a maior parte da última década do século XIX, uma profunda queda, o que acabou protegendo a renda do setor cafeeiro da redução dos preços no mercado internacional. Enfim, isso significou que os cafeicultores, com preços remuneradores e pagando salários baixos, mantiveram a inversão na produção, aumentando ainda mais o número de cafeeiros. Como afirmou Delfim Netto,

O quadro anterior revela a gênese do problema cafeeiro nacional. A coincidência de uma queda mais rápida do câmbio do que dos preços do café criou condições para a expansão da cultura cafeeira quando o mercado já não podia absorver a quantidade produzida a não ser a níveis ínfimos de preços (Delfim Netto, 1976, p. 22).

É exatamente a partir desta crise que começam a se manifestar os interesses pela valorização do café. Por outro lado, a crise cambial e a queda nas receitas de exportação, por conta da diminuição do preço externo do café, colocavam o Estado republicano em situação difícil, especialmente no que diz respeito ao cumprimento dos serviços da dívida com os credores internacionais. É neste quadro caótico que a elite paulista assume o governo federal.

Compreender os mecanismos e os interesses em jogo na ação estatal, especialmente àqueles vinculados à elite cafeeira paulista, tanto na política restritiva de revigoramento das finanças do Estado republicano, quanto no momento de intervenção no mercado cafeeiro e na adoção de uma nova política cambial, assim como no instante da crise da Grande Guerra (1914-1918), são os objetivos deste artigo.

Assim, este trabalho se coloca como uma tentativa de retomada das teses sobre as relações do Estado republicano com a elite cafeeira, algo que, nos últimos tempos vem sendo reavaliado por diversos autores (Fritsch, 1980; Perissinotto, 1999), que afirmam a não existência de um controle direto dessa elite sobre a política econômica do Estado. Pretendemos, por

outro lado, apresentar alguns aspectos que podem justificar argumentação em contrário.

Revigorar as finanças: salvar o Estado Republicano (1898-1906)

Campos Sales é eleito presidente da República após o conturbado governo de Prudente de Moraes. São Paulo conseguia fazer seu segundo chefe de Estado republicano em meio a crises de monta, que ameaçavam a própria sobrevivência do novo regime.

O quadro político era crítico. A República não havia conseguido ainda substituir a noção de hierarquia existente no período imperial, onde o poder moderador era o fiel da balança nas questões que colocavam os acordos políticos. Isto era dramaticamente sentido nos estados, onde a determinação de “quem mandaria em quem” ficou dependente de um processo eleitoral absolutamente confuso e fraudulento, obrigando que as decisões sobre estas hierarquias fossem decididas efetivamente nas armas. O próprio governo central sofria as conseqüências de uma estrutura de poder difusa, na medida em que era impossível articular um partido nacional, que contemplasse os interesses dos diversos grupos de elite regionais, como ficou evidente na querela envolvendo o Partido Republicano Federal liderado por Glicério e o Poder Executivo, liderado por Prudente de Moraes. Segundo Kugelmas,

Em última análise, havia ocorrido um confronto entre duas estratégias: Glicério buscara perpetuar e congelar o quadro de alianças estabelecido no período presidencial de Floriano Peixoto e fazer da direção partidária o fulcro da condução política. Prudente desejava ter as mãos livres para construir, a partir da presidência, um sistema flexível de alianças que dispensassem o apelo ao florianismo. Ao que tudo indica, estava atento para a emergência, em vários estados, de novas composições e recomposições de facções, superando as polarizações iniciais de 1891 (Kugelmas, 1986, p. 66)

Por outro lado, as crises financeira e econômica que o país vivia já começavam a se tornar intoleráveis ao final do governo Prudente de Moraes. A taxa cambial despencava, como está caracterizado na Tabela 1, resultado da reversão da política econômica do período inicial da República associado aos gastos com guerras civis e conflitos armados dos governos Floriano Peixoto e Prudente de Moraes, além do baixo fluxo de entrada de capital externo. Como já dissemos, as desvalorizações cambiais, por seu lado, permitiram a manutenção das inversões na produção cafeeira, gerando um quadro de superprodução e, conseqüentemente, de queda dos preços externos.

Tabela 1 – Média anual da taxa de câmbio (pence/mil réis) e evolução dos preços da saca de café (1889=100), 1889-1898

Ano	Taxa Cambial	Preço Interno	Preço Externo
1889	26,43	100	100
1890	22,56	120	113
1891	14,90	171	90
1892	12,03	201	87
1893	11,59	276	103
1894	10,09	290	92
1895	9,93	262	91
1896	9,06	252	69
1897	7,71	180	47
1898	7,18	163	41

Fonte: Brasil. IBGE. Anuário Estatístico do Brasil, ano V (1939/40). Rio de Janeiro: IBGE, 1941, p. 1.354 e 1.378.

Lembra Cardoso de Mello, em relação à produção cafeeira e à crise financeira do Estado, que:

as desvalorizações contribuem para o prolongamento e a aceleração da expansão [da produção de café] entre 1891 e 1894. No entanto, acabam gerando um tal aumento da capacidade produtiva que perpetuava e aprofundava a queda dos preços internacionais, o que exigiria desvalorizações mais fortes, em seguida, acompanhadas ou não de queda dos salários monetários. Uma vez que isto era impossível, inclusive porque este movimento não poderia ser escorado pela política econômica do Estado, o máximo que se conseguiria era reduzir a queda das margens de lucro. Mas este mecanismo tendia a se esgotar, também por razões internas, que eram de duas ordens: de um lado, devido à rigidez relativa dos salários monetários e à tendência ao crescimento dos preços internos em ritmo superior ao da taxa cambial; de outro, porque se colocava em risco de liquidação o suporte financeiro do Estado (Cardoso de Mello, 1998, p.140-141).

De fato, a desvalorização do câmbio não permitia a expansão das importações, seja pela entrada menor de moeda forte pelas exportações, seja pela recessão interna resultante da queda de salários, que não demandava mais de produtos importados. Assim, o ritmo em que a crise se encaminhava determinava uma receita cada vez menor do Estado, dependente dos impostos de importação, especialmente após a abolição da quota-ouro em 1891. Por

outro lado, as despesas aumentavam em razão direta dos serviços da dívida pública, que cresciam em virtude do preço cada vez mais alto da moeda estrangeira. Portanto, como observamos na Tabela 2, os déficits operacionais do governo aumentaram dramaticamente na última década do século XIX, resultando, inexoravelmente, numa situação de insolvência do Estado republicano.

Diz Cardoso de Mello que

a crise que pudera ser detida, entre 1891 e 1894, e relativamente contida entre 1895 e 1896, aparece delineada já nos anos 1897/8, configurando-se plenamente quando, em fins de 1898, a administração Campos Sales assume o governo. Dever-se-iam enfrentar, simultaneamente, dois graves problemas: o do complexo exportador cafeeiro, decorrente da baixa dos preços internacionais e internos, e o da bancarrota financeira do Estado (Cardoso de Mello, 1998, p.141).

Tabela 2 – Execução orçamentária do Governo Federal brasileiro (1.000 contos de réis), 1890-1898

Ano	Receita Arrecadada	Despesa Paga	Saldo
1890	195,3	220,6	-25,3
1891	228,9	220,6	+8,3
1892	227,6	279,3	-51,7
1893	259,9	300,6	-40,7
1894	265,1	372,8	-107,7
1895	307,8	344,8	-37,0
1896	346,2	368,9	-22,7
1897	303,4	379,3	-75,9
1898	324,1	668,1	-344,0

Fonte: Brasil. IBGE. Anuário Estatístico do Brasil, ano V (1939/40). Rio de Janeiro: IBGE, 1941, p. 1.410.

Dessa forma, quando o paulista Campos Sales chega à presidência da República no ano de 1898, três ordens de problemas se apresentavam para solução imediata, visto que disso dependia a própria sobrevivência da República Federativa: i) a crise do café; ii) a crise financeira do Estado; e iii) a crise política no seio das elites regionais.

Na opinião do chefe de Estado eleito e também na visão do governo em crepúsculo no ano de 1898, a questão financeira era a mais premente, portanto a que deveria ser solucionada o quanto antes. A questão política, apesar de possuir uma significância importante, inclusive para a credibilidade do país no exterior, seria resolvida posteriormente se o governo conseguisse alcançar êxito na solução da questão financeira e na recuperação do crédito brasileiro no exterior.

Campos Sales revelou trechos da correspondência que manteve com o governo onde tratava da crise financeira que o país atravessava. Segundo este, Bernardino de Campos, ministro da Fazenda de Prudente de Morais, teria lhe enviado carta em 13 de março de 1898, dias antes da viagem de Campos Sales à Europa para tratar com os credores internacionais a respeito de uma solução para a crise nas contas públicas que o país passava, dizendo que “é preciso convir que todo o mal vem das finanças e que, postas estas em bom caminho, a política se firmará de vez. Entretanto, é a perturbação política que traz a desconfiância e cava o leito às especulações” (Campos Sales, 1983, p. 89).

Nesse sentido, a negociação do presidente eleito, com anuência da administração no poder, junto aos credores internacionais nos meses de maio e junho de 1898 seria a cartada decisiva para as condições de articulação do novo governo com os interesses das elites. Evidentemente, a visão de Campos Sales e, de resto, da elite paulista que ele representava, era de que a sobrevivência do Estado republicano era condição *sine qua non* para que o seu poder fosse consolidado, especialmente depois do conturbado governo Prudente de Morais, que acabou dividindo a própria elite cafeeira paulista. Como lembra Kugelmas, a questão da “‘bancarota do Estado’ ameaçava os próprios fundamentos do sistema econômico e político como um todo, e poderia no limite, prejudicar sua sobrevivência”; dessa forma, “não é surpreendente, portanto, que fosse tratada como de absoluta prioridade” (Kugelmas, 1986, p. 112).

O acerto do *funding loan* proposto pelo London and River Plate Bank foi a solução encontrada para a crise. O acordo feito dava um prazo de três anos para o pagamento dos juros da dívida, as amortizações, por sua vez, foram adiadas por um prazo de dez anos a partir da data do fim do acordo (ou seja, os pagamentos seriam retomados apenas a partir de 30 de junho de 1911). A garantia exigida pelos credores foi a renda da Alfândega do Rio de Janeiro, além de o governo ser obrigado a suprir com outras rendas o que viesse a faltar no caso de insuficiência daquela para a integral amortização dos compromissos. Além disso, o Brasil se comprometeu a seguir uma política econômica voltada para a recuperação das finanças públicas, com extremo aperto fiscal e monetário, para reverter o quadro presente na cotação cambial.

Ao assumir o poder, Campos Sales contava com o apoio de praticamente todas as elites regionais pelo fato de ter conseguido dar uma solução para a questão financeira. Por outro lado, os dois grupos que haviam se digladiado no último ano da gestão de Prudente de Morais – os republicanos, sob influência deste, e os concentrados, liderados por Francisco Glicério – continuaram disputando o poder e, portanto, o apoio do presidente. No entanto, Campos Sales conseguiu se manter distante dessas disputas,

podendo dar solução à crise política por intermédio de uma reforma no regimento da Câmara que favorecia a diplomação dos candidatos eleitos pelas situações dominantes nos estados federados. Ou seja, “a adoção dessa política significava a consolidação dos grupos dominantes em cada estado, quer esses grupos estivessem com os republicanos, quer estivessem com os concentrados” (Kugelmas, 1973, p. 203). Este foi o concerto político que recebeu a alcunha de *Política dos Governadores*.

Dessa forma, no início de seu quadriênio presidencial, Campos Sales conseguia estabelecer um pacto intra-elites que garantia o mínimo de governabilidade para o poder central, com um Congresso Nacional dócil com o Executivo, além de um mínimo de estabilidade nos estados, ao garantir apoio às situações no momento em que assume o poder. Assim, o governo federal conseguiria a aprovação dos projetos de lei que seriam necessários para dar andamento ao plano de revigoração das finanças públicas, além de restabelecer a ordem nos estados, definindo as hierarquias a partir do comando central. Tratava-se de provar às elites nacionais e ao mundo que o Brasil poderia viver sem o Poder Moderador, e que o Estado republicano tinha capacidade de integrar e pacificar o país por meio de um regime federativo e presidencialista. Foi num pacto de elites regionais que se apaziguou o país e num acordo financeiro que colocou o Brasil “no seu devido lugar” na lógica do sistema capitalista internacional que se acomodaram as linhas gerais das questões políticas e econômicas do regime republicano.

A administração Campos Sales tinha no campo financeiro, como declarado pelo próprio, sua principal preocupação. Esta preocupação se tornava ainda maior possivelmente por conta do tipo de programa que deveria ser colocado em prática. Campos Sales sabia que a escolha do ministro da Fazenda deveria atender a determinados atributos: o principal destes era tornar-se irredutível na seqüência do programa financeiro estabelecido nas negociações do funding loan. O nome de Joaquim Murinho lhe pareceu ser aquele que mais se enquadrava no perfil necessário, na medida em que suas idéias, manifestadas durante sua gestão na pasta da Indústria, Viação e Obras Públicas do governo de Prudente de Moraes, muito se aproximavam daquelas que deveriam ser colocadas em prática. Além disso, era um nome distante das disputas políticas dos anos anteriores, algo que o deixava livre de pressões de qualquer um dos grupos políticos no momento da execução da política econômica.

O novo Ministro da Fazenda, em seu relatório referente ao exercício de 1898, já deixava absolutamente claro que a gestão econômica não seria outra senão aquela prognosticada no acordo com os credores internacionais. Afirmava Joaquim Murinho que a natureza da crise que o país vivia era de

duas dimensões: “a crise econômica e a crise financeira”. Dizia ele que “a primeira depende não da diminuição da massa de produtos, mas da redução do valor da unidade do mais importante deles: o café”. Dessa forma, “essa redução de preço é a consequência econômica, lógica e forçada, da produção exagerada em relação ao consumo”. Por outro lado, “a crise financeira depende, por sua vez, não tanto da diminuição da massa das rendas do Estado, mas da redução do valor da unidade dessa massa”, ou seja, “esta redução é por seu turno a consequência econômica, lógica e forçada, da produção exagerada do meio circulante em relação ao valor real da circulação”. Sintetizou Murtinho dizendo que as duas crises são

perfeitamente semelhantes em sua expressão geral: superabundância de café em relação ao consumo, superabundância de papel-moeda em relação ao valor da circulação; abaixamento do preço do café, abaixamento do preço do papel; redução do valor total da renda nacional, redução do valor total das rendas do Estado (Brasil, Ministério da Fazenda, 1914, p. 424).

Assim sendo, a solução que o poder público devia encaminhar era a retomada do equilíbrio da oferta e da demanda no que diz respeito ao café e ao papel-moeda. Quanto a este último, o governo deveria resgatar o “papelório” desnecessário e, ao mesmo tempo, garantir à massa circulante um sustentáculo em ouro, saneando, dessa forma, o mil-réis. Já no caso do café, “o mal está na superabundância em relação ao consumo, o remédio só pode estar na redução da produção do café”. Entrementes,

esta operação extremamente complexa e complicada nunca poderia ser realizada pelo Governo, ela será o resultado da luta, da concorrência entre os diversos lavradores, produzindo por meio de liquidações a seleção natural, manifestada pelo desaparecimento dos inferiores e pela permanência dos superiores (Brasil, Ministério da Fazenda, 1914, p. 436).

Dessa forma, o governo Campos Sales, por intermédio do seu Ministro Joaquim Murtinho, se manifestava contrário a qualquer interferência do Estado no setor cafeeiro. O Executivo assumia o discurso de que a crise cafeeira era uma questão vinculada à superprodução, que somente poderia ser resolvida pela diminuição desta. Isso significava eliminar os produtores menores e reservar o mercado para aqueles que tivessem condições de resistir à crise.

Pela Tabela 3 verifica-se que o aumento da produção de café nos anos dos governos Campos Sales (1898-1902) e Rodrigues Alves (1902-1906)

foi resultado basicamente da expansão produtiva do estado de São Paulo, que escoava o seu café fundamentalmente pelo porto de Santos. São Paulo salta sua exportação de pouco mais de cinco milhões e meio em 1898 para mais de quinze milhões de sacas em 1906, a exportação brasileira passa de pouco mais de nove milhões para mais de vinte, respectivamente. Ao contrário, os concorrentes do Brasil diminuíram sua participação no período. Portanto, todo o estoque que se acumula no instante da mais severa crise que o café já havia enfrentado é de responsabilidade do aumento da produção paulista, como é evidente pelos números

Tabela 3 – Produção mundial de café (em milhões de sacas), 1898-1906

Ano Safra	Produção Brasileira			Total da Produção Brasileira	Produção em Outros Países	Produção Mundial Total	Quantidades Compradas no Mercado	Suprimento Visível
	Porto do RJ	Porto de Santos	Outros Portos					
1898	3.190	5.580	550	9.320	4.405	13.725	12.994	6.176
1899	3.265	5.705	455	9.425	4.380	13.805	14.252	5.729
1900	2.930	7.970	385	11.285	3.785	15.070	13.965	6.834
1901	5.330	10.165	650	16.145	3.645	19.790	15.319	11.305
1902	3.975	8.350	620	12.945	3.720	16.665	16.097	11.873
1903	4.020	6.395	686	11.101	4.891	15.992	15.588	12.277
1904	2.542	7.426	555	10.523	3.923	14.446	15.507	11.216
1905	3.244	6.983	617	10.844	3.948	14.792	16.306	9.702
1906	4.234	15.392	564	20.190	3.596	23.786	17.108	16.380

Fonte: Thomas Holloway. *Vida e Morte do Convênio de Taubaté*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, p. 101-104.

Baseando-se francamente nisso, o governo de Campos Sales manteve a sua política contracionista em desacordo com os interesses de parte expressiva de produtores cafeeiros. Criou para isso os fundos de garantia e resgate do papel-moeda em 1899, com o intuito de diminuir a massa em circulação e, por outro lado, converter o restante em ouro, em busca do padrão ao par. Como discutimos em outro texto, as cisões no Partido Republicano Paulista neste período foram resultado desta insatisfação que crescia em virtude da política econômica seguida por um governo “paulista”, isto é, liderado por um produtor de café (Torelli, 2004).

A Tabela 4 reflete os efeitos da política contracionista do período Campos Sales: a redução do meio circulante, que foi colocada em prática por meio da lei de 1899 que criou os fundos de garantia e resgate do papel-moeda, o que, no entendimento de Murinho e Bulhões, é o que possibilitou a valorização cambial verificada no período e que apresentamos no Gráfico 1. Além do mais, as condições das finanças públicas já se apresentavam razoáveis, especialmente por conta do desafogo que a execução do plano fiscal do *funding* possibilitou, mas principalmente pela restauração da cobrança em ouro dos

direitos alfandegários. No entanto, estas eram medidas que, inexoravelmente, levaram à redução da atividade econômica.

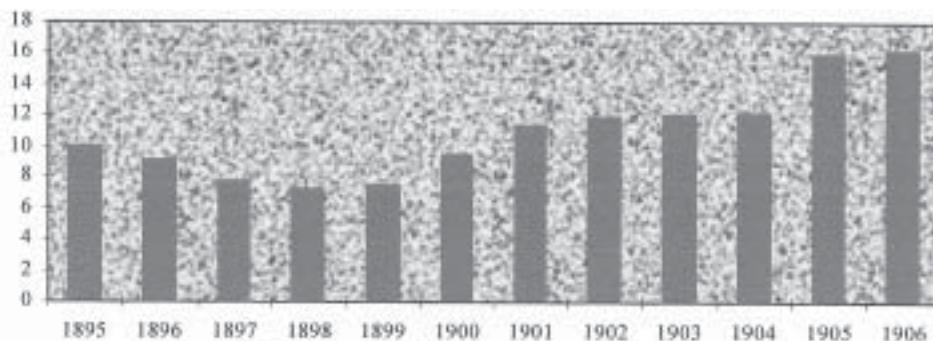
Tabela 4 – Papel moeda em circulação (em contos de réis), 1895-1906

Anos	Meio circulante	
	Total	Per Capita
1895	678.066	43\$000
1896	712.355	44\$400
1897	780.329	47\$700
1898	779.965	46\$800
1899	733.819	43\$200
1900	699.632	40\$400
1901	680.451	38\$200
1902	675.537	36\$800
1903	674.979	35\$800
1904	673.740	34\$700
1905	669.493	33\$500
1906	702.075	34\$100

Fonte: Brasil. IBGE. Anuário Estatístico do Brasil, ano V (1939/40). Rio de Janeiro: IBGE, 1940, p. 1.353.

A manutenção de alguns aspectos do ajuste recessivo no quadriênio 1902-1906 foi realizada também por um paulista, o antigo Conselheiro do Império Rodrigues Alves, que, por conta do agravamento da crise cafeeira, passou a enfrentar muitas hostilidades em seu estado natal. No entanto, o titular da pasta da Fazenda, Leopoldo de Bulhões, conseguiu não somente manter as condições de equilíbrio financeiro do governo, como promover uma política de retomada de parte dos investimentos públicos não realizados na gestão anterior. Isso ocorreu especialmente na Capital Federal, onde foi realizada uma remodelação urbana, com a reforma da área central da cidade e do porto do Rio de Janeiro.

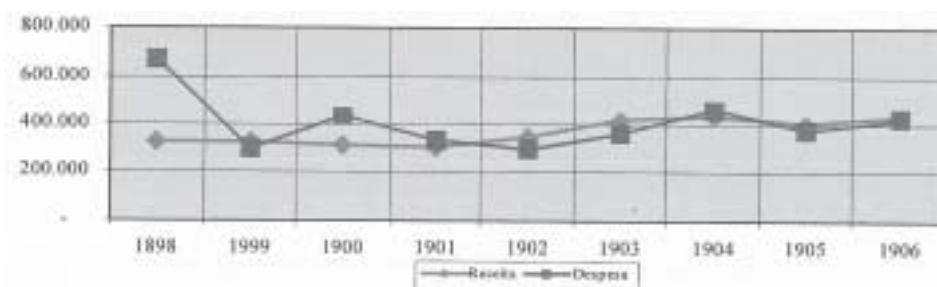
Gráfico 1 - Brasil: evolução da taxa cambial (percen/mil reis)
1895 - 1906



Fonte: **Brasil. IBGE.** Anuário Estatístico do Brasil, ano V (1939/40). Rio de Janeiro: IBGE, 1941, p. 1.354.

No governo Rodrigues Alves ocorreu a retomada do crescimento da economia, saindo do ajuste recessivo com alguma margem de manobra, na medida em que a situação cambial já era mais confortável. As contas públicas consolidavam-se em patamares aceitáveis (observe o Gráfico 2), além da estabilidade da situação do café entre 1903 e 1905 e da expansão da exportação de borracha, que apresentou um saldo de pouco mais de cinco milhões de libras em 1898 para atingir quase quatorze milhões e meio em 1906. No entanto, é bom destacar que esta recuperação tinha uma raiz profunda na retomada dos fluxos externos de capitais a partir de 1897 (Topik, 1987, p. 50).

Gráfico 2 - Evolução da execução orçamentária do Governo Federal brasileiro (em contos de réis), 1898-1906



Fonte: **Brasil. IBGE.** Anuário Estatístico do Brasil, ano V (1939/40). Rio de Janeiro: IBGE, 1941, p. 1.410.

Leopoldo de Bulhões lembrava em seu Relatório ministerial de 1903, que isso somente foi possível por conta do ajuste que foi seguido nos anos anteriores:

A situação financeira melhorou consideravelmente no quadriênio findo, graças aos esforços do Congresso e do Poder Executivo, os quais, mantendo completa unidade de vistas e de ação, e encontrando apoio firme nas classes produtoras, conjuraram o perigo que nos ameaçava. A experiência dura e amarga operou a conversão dos espíritos que obstinavam em apregoar as falácias do regime das emissões de papel-moeda e muitos deles tomaram a iniciativa de propor ao Congresso a incineração das notas que fossem retiradas da circulação em virtude do acordo londrino (Brasil, Ministério da Fazenda, 1903, p. VII).

Diz ainda que,

reduzida a circulação, diminuídos os encargos em ouro, criada a renda desta espécie e desenvolvida a renda interna, a situação aflitiva e desesperadora converteu-se em situação mais ou menos folgada; o meio circulante valorizou-se e a taxa cambial subiu, tornando-se estável e firme; a cotação dos nossos títulos elevou-se, atestando o ressurgimento de nosso crédito e a confiança renasceu, habilitando-nos a levantar capitais para melhoramentos de máxima importância (Brasil, Ministério da Fazenda, 1903, p. VII).

Segundo Afonso Arinos (1973, p. 442), a postura de Leopoldo de Bulhões sempre foi de defesa da política de equilíbrio das contas públicas, câmbio ao par e inflação baixa. Entretanto, no governo de Rodrigues Alves, sua obrigação era garantir os recursos para a retomada dos investimentos, mas “sem déficit orçamentário, sem queda do câmbio, sem inflação”. A felicidade deste governo foi que ocorreu a retomada dos fluxos de capitais, como podemos verificar pela Tabela 5 (por intermédio do crescimento significativo da dívida pública no período, especialmente nos anos de 1901 e 1903), para a América Latina justamente neste período e, além disso, o país já contava com uma situação de relativa tranquilidade no que diz respeito à política fiscal, monetária e cambial.

Tabela 5 – Dívida externa consolidada da União, 1898-1920

Anos	Números em Libras Esterlinas	Crescimento em relação ao ano
1898	35.731	2,9
1899	38.639	7,5
1900	41.009	5,8
1901	57.029	28,1
1902	57.029	0,0
1903	65.752	13,3
1904	65.364	-0,6
1905	69.847	6,4
1906	69.821	0,0

Fonte: Brasil. IBGE. Anuário Estatístico do Brasil, ano V (1939/40). Rio de Janeiro: IBGE, 1941, p. 1.424

Dessa forma, o período entre 1898 e 1906 contou com dois presidentes paulistas que promoveram uma política econômica profundamente articulada com os interesses de defender as posições do Estado republicano em formação. Esta forma de encarar a crise causou constrangimentos para a elite cafeeira paulista, controladora do aparelho estatal, pois sua base política (os lavradores), concomitantemente à obra saneadora de Campos Sales e Joaquim Murinho, Rodrigues Alves e Leopoldo de Bulhões, enfrentava profundas dificuldades com a queda de preços do café e com a apreciação cambial. No entanto, apenas em 1906 é que a elite cafeeira paulista tomará postura em relação à crise de preços do café.

A política econômica de defesa do café (1906-1914)

Daquelas três questões que punham em risco o futuro da República no início do governo de Campos Sales, a única que continuou em aberto era, como vimos, a referente ao problema do café, visto que a *Política dos Governadores* e o *funding loan*, de qualquer maneira, resolveram as outras duas aos moldes daquilo que era interesse da elite cafeeira paulista. Dessa forma, a crise cafeeira, subordinada pela elite paulista aos interesses de salvaguarda do Estado nos anos entre 1898 e 1906, acabou emergindo à ordem do dia no fim do governo Rodrigues Alves.

As propostas de resolução da crise do café surgem aos montes. Em 1903, além daquelas apresentadas no Congresso Nacional (ver Torelli, 2004, p. 09-25), aparece também uma proposta alternativa na Sociedade Paulista de Agricultura. Seu autor foi Alexandre Siciliano. Este era um industrial importante, dono da maior fundição e da maior oficina mecânica do estado de São Paulo. Imigrante, vindo da Itália, Siciliano arranhou ótimo casamento em Piracicaba, onde viveu a juventude com a filha de grande fazendeiro da região, recebendo, então, generosas doações de fundos dos parentes de sua esposa. Segundo Dean, Siciliano ilustra uma “característica significativa dos

industriais em suas relações com os lavradores: a tendência para juntar fortunas de ambos através do casamento”. Diz ainda que “a elite agrária freqüentemente condescendia em estabelecer alianças com a nova classe industrial, e os industriais freqüentemente adquiriam terras, não só para rematar a sua busca de integração vertical, mas também para tentar atingir o nível máximo de status cujo sentido já traziam de sua terra natal e tornavam a encontrar no Brasil” (Dean, 1985, p. 275).

O plano proposto por Alexandre Siciliano defendia a união dos comerciantes de café, sendo eles nacionais ou estrangeiros, para a aquisição do produto

defendendo o combate à crise por meio de um poderoso sindicato que operasse livremente, sem ofensas aos interesses no comércio do café. O principal objetivo do plano era fixar, por um período de oito anos, um preço mínimo por dez quilos, além de suspender as plantações durante o período do contrato. O sindicato deveria adquirir pelo menos dois terços da produção anual, tudo perante garantia do governo federal (Perissinotto, 1999, Tomo II, p. 68).

Naquele instante, o modelo arquitetado por Siciliano chamou a atenção da elite cafeeira paulista (Silva Teles, Olavo Egídio de Souza Aranha, Siqueira Campos, João Pedro da Veiga Filho, Carlos Botelho, Augusto Ramos, entre outros se manifestaram a favor do plano), mas a recuperação dos preços nos anos de 1904 e 1905 colocou-no em obscuridade, na medida em que os interesses desta elite estavam contemplados na política econômica em curso. A crise realmente se apresentou com as floradas dos cafeeiros para a safra de 1906. Os grupos ligados à lavoura são os primeiros a se manifestar em torno da necessidade de se buscar uma solução imediata. Importante lembrar que naquele momento (1905), segundo Holloway (1978: 101), o suprimento visível de café beirava dez milhões de sacas, enquanto o consumo mundial atingia pouco mais de dezesseis milhões, com a produção brasileira estimada para 1906 entre dezesseis e dezessete milhões (e acabou atingindo, na verdade, vinte milhões). A situação dos preços do café poderia chegar a níveis abaixo daquele considerado mínimo para cobrir os custos de produção.

Neste contexto é que surge a proposta de valorização do café preconizada no chamado Convênio de Taubaté. Era uma proposta diferente daquela apresentada por Alexandre Siciliano, visto que defendia como fundamental para o projeto duas condições que contradiziam o texto do industrial paulista: i) domínio do Estado sobre os estoques comprados pelo preço mínimo estipulado; e ii) a criação de um aparelho de fixação cambial a 12 pence por mil-réis, a Caixa de Conversão.

Estas eram propostas que se enquadravam naquelas que, segundo Flávio

Saes, respondiam aos interesses da lavoura. As principais reivindicações dos fazendeiros de café eram, evidentemente, preços externos mais compensadores associado a uma moeda nacional desvalorizada, na medida em que isso renderia uma quantidade maior de mil-réis. Por isso, afirma Saes, que existiam claras “cisões no interior do grupo de fazendeiros de café” e que “a política econômica implementada pelo Governo Federal não responde exclusiva e imediatamente à proposição dos fazendeiros de café” (Saes, 1981, p. 244).

Por outro lado, o grupo do grande capital cafeeiro, com atividades diversas, mas comandada pelo capital mercantil, defendia a presença e a iniciativa dos grupos privados num programa de defesa do café, na medida em que a situação da safra de 1906 exigia alguma ação, e a idéia da fixação cambial deveria ser discutida separadamente do programa de valorização do café. A intervenção do Estado seria restringida a recolher os impostos e servir de fiador dos empréstimos externos necessários à defesa (Perissinotto, 1999, Tomo II, p. 62-75).

O governo Rodrigues Alves, entretanto, era absolutamente contrário ao projeto de valorização do café. Dizia o titular da pasta da Fazenda, Leopoldo de Bulhões, que

é certo que o melhoramento progressivo do meio circulante, alterando o nível dos preços, perturba de algum modo à produção; mas além de efêmera e transitória, tal perturbação só afeta mais acentuadamente os interesses de uma classe – a da lavoura (Brasil, Ministério da Fazenda, 1906, p. VI)

Portanto, é desse grupo que vinha a oposição à política econômica de elevação cambial e recuperação das contas públicas. No entanto,

ninguém dirá que seja razoável e justo sobrepor-se os interesses da reduzida fração de uma classe aos de todo um país, principalmente se atendermos a que a pretensa lesão desses interesses não passa de errônea compreensão dos fenômenos econômicos (Brasil, Ministério da Fazenda, 1906, p. VII)

Logo, se pergunta Bulhões:

não seria risível afirmar-se que a baixa do câmbio, reveladora de enfraquecimento da produção, poderia determinar o desenvolvimento da mesma produção? Que da depreciação da moeda, sintoma inequívoco de decadência econômica e de descrédito público, pudesse surgir o florescimento das indústrias e a riqueza nacional? (Brasil, Ministério da Fazenda, 1906, p. VIII).

Este discurso – o dos governos paulistas Campos Sales e Rodrigues

Alves – foi abandonado pela elite cafeeira paulista no ano de 1906 em defesa de uma política que, ficou evidente, poderia ser muito mais vantajosa economicamente num contexto de retomada dos fluxos financeiros internacionais. No entanto, era necessário reorganizar o poder estatal no sentido de permitir a emergência de uma nova doutrina em política econômica, sem embaraços ao projeto que estava em andamento.

A vitória de Afonso Pena para a presidência da República e a aprovação do Convênio de Taubaté e da Caixa de Conversão (com uma taxa de emissão em 15 pence por mil-réis) apontavam para mudanças radicais na política econômica. O Brasil deixaria de praticar uma política cambial orientada para a alta para estabelecer um tipo fixo; deixaria de ter uma política monetária ativa, de controle e redução do meio circulante, para atrelá-la ao desempenho das contas externas; o dispêndio com a defesa do café anunciava um novo cenário na política fiscal, possivelmente muito mais frouxa e indisciplinada.

A montagem do seu governo atendeu a esta expectativa; os cargos principais foram ocupados por um grupo de políticos jovens que tinham tomado parte a favor das mudanças nos rumos econômicos, e no caso de alguns deles, até podem ser considerados protagonistas durante os debates no Congresso Nacional. David Campista, o principal nome, assumiu a pasta da Fazenda, justamente para colocar em prática o regime monetário e cambial que defendeu no Parlamento com a criação da Caixa de Conversão² (Torelli, 2004, p. 26-41).

O governo Afonso Pena, ironicamente chamado de Jardim da Infância, justamente por conta da juventude do grupo que se formou em torno do presidente, fez, no campo econômico, com que aquelas intenções iniciais se concretizassem. A Tabela 6 apresenta os dados referentes ao câmbio durante o regime da Caixa de Conversão, observamos que a fixação do valor se manteve, objetivo último da política econômica de David Campista, mesmo depois de sua saída do governo em 1909. A fixação do câmbio, é importante lembrar, determinava uma nova forma de lidar com os recursos externos, isto é, a expansão monetária tornava-se dependente de saldos na balança comercial e, principalmente, de fluxos de capitais estrangeiros. A retomada de investimentos forâneos era essencial para a estruturação do novo regime.

Tabela 6 – Média anual da taxa cambial (pence/mil-réis e mil-réis/libra), 1906-1914

Anos	pence/mil-réis	Mil-réis/libra
1906	16,18	14\$826
1907	15,21	15\$770
1908	15,15	15\$835
1909	15,15	15\$835
1910	16,23	14\$783
1911	16,10	14\$898
1912	16,15	14\$855
1913	16,10	14\$898
1914	14,69	16\$220

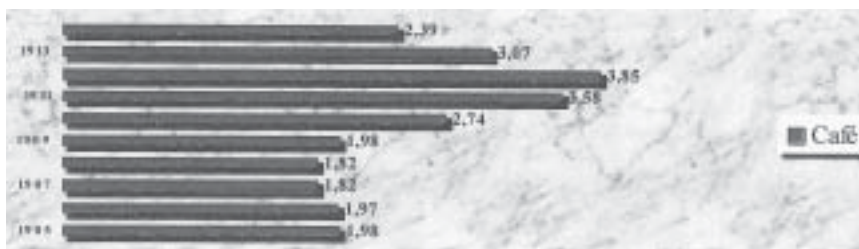
Fonte: Brasil. IBGE. Anuário Estatístico do Brasil, ano V (1939/40). Rio de Janeiro: IBGE, 1941, p. 1.354.

Evidentemente sabendo disso, Campista dizia que a Caixa de Conversão teria a sua função mesmo sem a entrada de recursos externos, visto que isso significaria, na sua visão, que a economia não demandava uma taxa cambial mais alta do que quinze pence por mil-réis e, sendo assim, deveria entrar em ação o fundo de resgate do papel-moeda, para salvaguardar a taxa a este patamar recorrendo à retirada de papel-moeda desnecessário e, dessa forma, não deixá-la flutuar abaixo de 15 pence. Dessa forma, a Caixa, associada aos outros mecanismos de operação cambial e monetária que já possuíamos especialmente os fundos de garantia e resgate do papel-moeda, garantiriam o principal interesse naquele momento para a produção nacional: a estabilidade do câmbio. Assim se manifestava Campista, em seu primeiro relatório Ministerial:

O que a lavoura precisa, como precisam o comércio, a indústria e todas as forças produtoras da nação, é libertar o trabalho dessa especulação forçada em que se agita, dessa insegurança enervante que decorre, como efeito necessário, das flutuações cambiais (Brasil, Ministério da Fazenda, 1907, p. XVI).

Entretanto, a Caixa necessitava de entrada de recursos para poder emitir. Isso significa que a condição de funcionamento dela dependia fundamentalmente do comportamento de duas variáveis importantes: o saldo da balança comercial e o fluxo de capitais externos.

Gráfico 3 -Evolução dos preços internacionais do café (em libra ouro/saca), 1905-1913



Fonte: **Brasil. IBGE.** Anuário Estatístico do Brasil, ano V (1939/40). Rio de Janeiro: IBGE, 1941, p. 1.378.

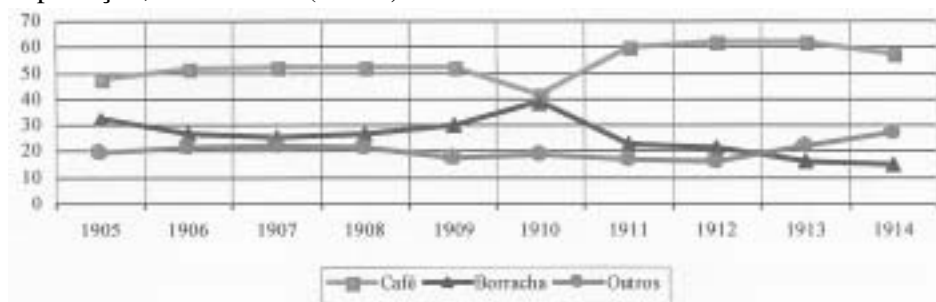
Nesse sentido, a recuperação dos preços do café era essencial para que o mecanismo monetário-cambial da Caixa de Conversão funcionasse. Este quadro de melhoria dos preços somente se confirma, como percebemos com o auxílio do Gráfico 3, com a entrada dos comerciantes estrangeiros e, com eles, do capital necessário para uma operação de tal monta em fins de 1908. O grande empréstimo de 15 milhões de libras para São Paulo (lembrando que, por falta de capital e interesse, Minas e Rio de Janeiro já haviam abandonado o projeto) se realizou sob a garantia federal e foi operado por um sindicato dos grandes comerciantes de café. Com ele, foi possível estocar o café necessário e retirá-lo do mercado até que as condições de menor oferta recuperassem os preços do produto, ou seja, o plano verdadeiramente posto em prática foi o arquitetado por Alexandre Siciliano em 1903 e que tinha recebido o caloroso apoio da elite cafeeira paulista na ocasião (lembrando que a lavoura ainda foi obrigada a pagar a sobretaxa não mais de 3, mas agora de 5 francos sobre cada saca de café exportada). Para melhorar a situação para a elite cafeeira, após a safra monstro de 1906, de mais de 20 milhões de sacas, o Brasil, como era de se esperar, produziu muito menos nos anos posteriores: 11 milhões em 1907; 12,9 milhões em 1908; 15,3 milhões em 1909; e 10,8 milhões em 1910; para um consumo mundial entre 17 e 18 milhões de sacas. Isso fez com que o estoque visível no mundo caísse de 16,3 para 11,0 milhões de sacas (Holloway, 1978, p. 61).

Entretanto, não foram apenas a recuperação dos preços do café que permitiram o aumento do valor adquirido com as exportações. O ciclo da borracha, como, de resto, todos os “milagres brasileiros”, foi efêmero, mas intenso (como podemos verificar no Gráfico 4). Afirmam Maria Lígia Prado e Maria Helena Capelato que

quando, a partir da segunda metade do século XIX, o mercado apresentou condições favoráveis ao consumo da goma elástica, o Brasil respondeu quase imediatamente. O

aproveitamento industrial da borracha na Europa e nos Estados Unidos fez com que, na Amazônia, todo o interesse convergisse para a exploração de tal produto. A lavoura entrou em colapso, abandonou-se o sítio, o cacau, o cafezal, o engenho, para estabelecer-se o seringal. Todas as energias se deslocaram das tarefas agropecuárias para a extração do látex das héveas. A floresta sofreu a grande ofensiva, os rios onde os seringais foram sendo construídos tiveram suas margens quase inteiramente ocupadas; a borracha foi responsável não apenas pela importância que a região amazônica assumiu na economia brasileira desse período, como também pela sua projeção no mercado internacional (Prado & Capelato, 1985, p. 289).

Gráfico 4 - Brasil: participação dos principais produtos na pauta de exportação, 1905-1914 (em %)



Fonte: **Brasil. IBGE.** Anuário Estatístico do Brasil, ano V (1939/40). Rio de Janeiro: IBGE, 1941, p. 1.379-80.

No ano de 1910, pico das exportações brasileiras de borracha, o país enviou ao exterior 38,5 milhões de toneladas do produto que, com o preço de quase 640 libras-ouro por tonelada, rendeu ao Brasil 24,6 milhões de libras esterlinas em divisas. Em comparação, o café havia conseguido naquele ano uma receita de 26,7 milhões, ou seja, quase que a borracha deixa o café para trás em receitas de exportação, algo que não acontecia ao “ouro negro” desde meados do século XIX.

Ocorre que a borracha brasileira entra em profunda crise com o crescimento da concorrência internacional, especialmente a partir de meados da década de 1910. As tentativas de defesa da borracha em escalas iguais àquelas feitas pelo café redundaram num profundo fracasso, visto que a produção asiática já era superior em número e capacidade técnica e, portanto, a idéia de valorização da borracha baseava-se numa visão irreal do mercado. Além disso, o capital adquirido com o material nunca foi revertido em melhoria das condições técnicas de produção, nem, muito menos, de qualificação da mão-de-obra (Prado & Capelato, 1985, p. 306-307) o que também contribuiu para que o “sonho da floresta” tivesse um final melancólico.

Dessa forma, observando os dados da nossa balança comercial contidos na Tabela 7, percebemos que, por conta da recuperação dos preços do café e do grande *boom* da borracha, a partir de 1909, há um forte incremento em saldos líquidos.

Neste momento, o governo de Afonso Pena já havia terminado em função de seu falecimento no ano de 1909. Com isso, deixam o governo o arquiteto da Caixa de Conversão, David Campista, e todo o *Jardim da Infância*. Antes, porém, Pena havia tentado emplacar a candidatura do seu ministro da Fazenda à presidência da República, que teve o apoio preliminar da elite paulista, mas as oposições dentro do próprio Partido Republicano Mineiro acabaram liquidando esta possibilidade. O desaparecimento de Afonso Pena, assumindo Nilo Peçanha, piorou a situação política, o que levou a um impasse gigantesco quanto à sucessão, sendo resolvida em uma aliança entre Minas Gerais e Rio Grande do Sul contra São Paulo.

Tabela 7 – Balança comercial brasileira, 1906-1914 (milhões de libras)

Anos	Exportação	Importação	Saldo/Déficit
1906	53.059	33.204	19.855
1907	54.177	40.528	13.649
1908	44.155	35.491	8.664
1909	63.724	37.139	26.585
1910	63.092	47.872	15.220
1911	66.839	52.822	14.017
1912	74.649	63.425	11.224
1913	65.451	67.166	-1.715
1914	46.803	35.473	11.330

Fonte: Brasil. IBGE. Anuário Estatístico do Brasil, ano V (1939/40). Rio de Janeiro: IBGE, 1941, p. 1.359.

Voltaremos a esta questão mais adiante, cabe agora, no entanto, discutir o governo Nilo Peçanha pela ótica da política econômica, pois representa a volta da ortodoxia liberal com Leopoldo de Bulhões no Ministério da Fazenda. Foram em suas mãos, em maio de 1910, que a Caixa de Conversão atingiu o limite das emissões de vinte milhões de libras, correspondentes a trezentos e vinte mil contos de réis. Para ele, isso significava que a economia nacional estava preparada para uma elevação cambial, algo que não aconteceu, segundo ele, por conta do mecanismo grosseiro de fixação do câmbio que era a Caixa de Conversão.

A Tabela 8 apresenta os dados referentes à concessão de empréstimos estrangeiros ao governo brasileiro. Verifica-se que no período correspondente aos governos de Rodrigues Alves, Afonso Pena e Nilo Peçanha (1901-1910), o valor e a quantidade de empréstimos foi a maior durante toda a Primeira República e, também, em relação ao último decênio do Império.

Tabela 8 – Número (e valor) dos empréstimos estrangeiros concedidos ao Governo Brasileiro, 1881-1931

Período	Grã-Bretanha (libras 1.000)	Estados Unidos (\$1.000)	França (FF 1.000)	França (em libras)	Número Total
1881-1890	4 (37.165)	-	-	3	7
1891-1900	3 (19.766)	-	-	2	5
1901-1910	4 (40.139)	-	3 (240.000)	3	10
1911-1920	4 (32.402)	-	2 (85.000)	3	9
1921-1931	3 (28.281)	5 (176.500)	3 (215.000)	3	14

Fonte: Tamás Szmrecsányi & Flávio A. M. de Saes. “O capital estrangeiro no Brasil, 1880-1930”. Revista Estudos Econômicos, v. 15, nº 02, 1985, p. 204.

O aumento, inclusive, do investimento direto estrangeiro na primeira década do século XX e nos primeiros anos da seguinte, pode ser medido pelo aumento significativo da quantidade de empresas estrangeiras autorizadas a funcionar no Brasil, dado este que encontramos na Tabela 9. Importante lembrar que este período é o de retomada dos investimentos para a América Latina em grande escala. O exemplo disso é o empresário norte-americano Percival Farquhar que chegou a construir um verdadeiro império na região por volta do ano de 1912-1913 (Singer, 1985, p. 385).

Tabela 9 – Origem e número das empresas estrangeiras autorizadas a funcionar no Brasil, 1881-1914

País de Origem	1881-1890	1891-1900	1901-1910	1911-1914	Total
Grã-Bretanha	42	27	37	54	250
Estados Unidos	9	2	13	34	63
França	6	8	16	15	45
Bélgica	3	6	3	8	20
Alemanha	4	1	5	7	17
Outros	5	4	6	10	25
Total	69	48	80	128	420

Fonte: Tamás Szmrecsányi & Flávio A. M. de Saes. “O capital estrangeiro no Brasil, 1880-1930”. Revista Estudos Econômicos, v. 15, nº 02, 1985, p. 204.

Dessa forma, fica evidenciado que a expansão de atividades registrada nesse período estava profundamente associada ao crescimento significativo do investimento estrangeiro. A Caixa de Conversão foi um instrumento importante de garantia para esse capital. Isso é decisivo, pois significa que este não penetra na economia brasileira simplesmente por imposição da lógica do imperialismo, mas trata-se também de uma opção interna, tomada ao nível da política econômica, para defender os interesses da elite cafeeira paulista, elo com este capital estrangeiro, no sentido de internacionalizar a economia para financiar seus negócios. Nesta linha de argumentação, lembra Saes que

a forma escolhida para sustentar o preço internacional do café – compra de excedentes com empréstimos obtidos no exterior – surgia como a única forma de não comprometer os resultados da política monetária e cambial vigente desde o *funding loan*. Porém, devemos notar que, voltada à defesa do preço do café, a política de valorização não parece ser resultado apenas da pressão dos cafeicultores. Pelo contrário, das operações participam não só banqueiros europeus e norte-americanos como também elementos ligados à comercialização do café (exportadores, torradores) a denotar seu comprometimento com uma ‘indústria’ que não podia perder sua base, ou seja, a própria produção cafeeira. Importa-nos notar, aqui, que ao incluir o capital estrangeiro como financiador das operações valorizadoras dava-se mais um passo no sentido da internacionalização da economia (Saes, 1986, p. 211).

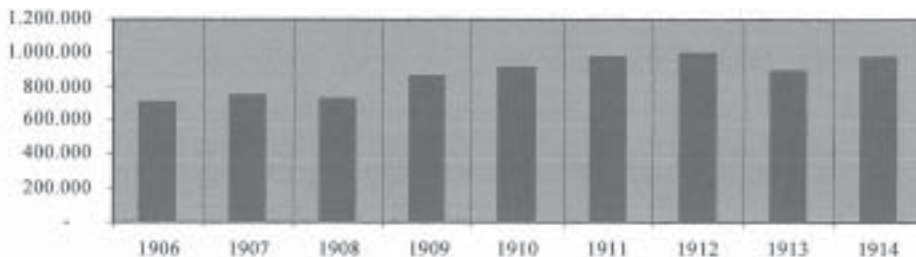
Desse modo, a expansão da economia brasileira ficou condicionada a entrada de recursos externos, visto que era este que garantia a manutenção do câmbio fixo e, também, a expansão ou contração do meio circulante. Esta política era extremamente pró-cíclica, ou seja, os recursos externos determinavam o ritmo de atividade interna, na medida em que, no período entre 1906 e 1913, a economia mundial encontrava-se em expansão, o Brasil e, especialmente, o complexo cafeeiro, foram profundamente estimulados, recebendo doses gigantescas de financiamento.

A volta de Bulhões ao Ministério da Fazenda, em 1909-1910, era um grande risco para esta estrutura econômica que estava montada em torno do regime da Caixa de Conversão. Entretanto, a sua tentativa de – apesar de deixar alguns estragos quando demorou em reabrir a Caixa depois de atingido o limite de emissão e a nova lei de funcionamento do aparelho que determinou uma nova taxa (16 dinheiros por mil-réis) – retomada da doutrina liberal ortodoxa, foi contida no Parlamento pela elite paulista e seus aliados (Torelli, 2004, p. 35-41).

A sucessão de Afonso Pena e, posteriormente à sua morte, de Nilo Peçanha é geralmente entendida como o momento mais crítico da relação entre os dois estados mais poderosos da federação: São Paulo e Minas Gerais. Afonso Pena, mesmo antes de morrer, não havia conseguido emplacar a sua candidatura, que era a do Ministro David Campista, por conta da oposição, como já dissemos, dos próprios mineiros.

O fato é que, a partir de então, a candidatura do Marechal Hermes da Fonseca se fortalece com a união de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul de Pinheiro Machado. São Paulo lança Rui Barbosa e a chamada campanha civilista, ou seja, contrária a um governo militar. A vitória de Hermes da Fonseca representa o poder que, definitivamente, Pinheiro Machado passa a ter na política nacional como líder do *Bloco* (Viscardi, 2001, p. 175-211).

Gráfico 5 - Evolução da quantidade de papel-moeda em circulação no Brasil, 1906-1914 (em contos de réis)

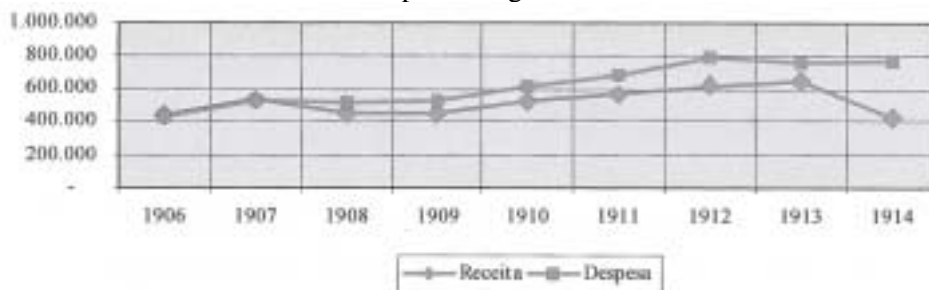


Fonte: **Brasil. IBGE.** Anuário Estatístico do Brasil, ano V (1939/40). Rio de Janeiro: IBGE, 1940, p. 1.353.

A política econômica do novo governo seguiu, de uma maneira geral, a mesma que vinha sendo colocada em prática desde 1906. Isto é evidente observando os números. No que se refere ao meio circulante, percebemos, pelo Gráfico 5, que a entrada de recursos externos permitiu um forte incremento de papel-moeda na economia nacional, financiando, dessa forma, o ritmo da atividade econômica interna. Saiu-se, portanto, de uma economia com restrições de meios de pagamento entre 1898 e 1906 para uma em que a expansão do setor externo determinava o aumento do meio circulante. Em 1906 existia, em circulação, cerca de 700 mil contos de réis, já em 1912, este número era de mais de um milhão de contos.

Este quadro expansionista é também comprovado com a análise dos dados referentes às finanças públicas. No período 1898-1906, o quadro foi de contenção de despesas e recuperação das receitas, o que resultou em equilíbrio fiscal. Estes já não são os resultados especialmente a partir de 1908. Os dados do Gráfico 6 nos ajudam a perceber que a execução orçamentária sob o regime cambial e monetário da Caixa de Conversão era extremamente expansionista, determinando certo déficit orçamentário.

Gráfico 6 -Brasil: receita e despesa do governo federal, 1906-1914



Fonte: **Brasil. IBGE.** Anuário Estatístico do Brasil, ano V (1939/40). Rio de Janeiro: IBGE, 1941, p. 1.410.

Os dados positivos do setor externo refletem no crescimento de atividades relacionadas ao complexo cafeeiro, entre as mais importantes, o crescimento da acumulação na indústria. Para Boris Fausto, o crescimento da indústria em São Paulo neste momento está associado diretamente à defesa de preços do café (Fausto, 1985, p. 224), assim também pensa Warren Dean (1971, cap. I); para outros autores, a economia cafeeira era um obstáculo ao desenvolvimento industrial, e somente quando havia crise no setor exportador é que a indústria tinha condições de competir com este pelos capitais necessários à sua expansão. A nossa perspectiva centra-se na dinâmica do capital cafeeiro, que construiu uma relação, por assim dizer, contraditória com a indústria. A economia cafeeira gesta a indústria ao

- (1) gerar, previamente, uma massa de capital monetário, concentrada nas mãos de determinada classe social, passível de se transformar em capital produtivo industrial;
- (2) transformar a própria força de trabalho em mercadoria; e, finalmente, (3) promover a criação de um mercado interno de proporções consideráveis (Cardoso de Mello, 1998, p. 105).

Por outro lado, impede o desenvolvimento da indústria na medida em que sua própria posição dominante no cenário econômico estabelece limites para a participação industrial na acumulação de capital. Segundo Sérgio Silva,

a reprodução do capital cafeeiro e das formas de subordinação da economia brasileira levam ao nascimento e ao desenvolvimento da indústria que, por sua vez, está em contradição com a própria reprodução do capital cafeeiro e as formas de subordinação da economia brasileira. Mais uma vez afastamos a noção simplista de contradição, segundo a qual as contradições internas do capitalismo levariam à sua própria destruição. Nem a subordinação do Brasil na economia mundial e o capital cafeeiro excluem a industrialização, nem a industrialização implica na destruição dos laços que unem o Brasil à economia mundial e muito menos ainda na destruição do capitalismo no Brasil. A industrialização pode, simplesmente, levar a mudanças nas formas de subordinação associadas a transformações do capitalismo no Brasil: por exemplo, a perda da posição dominante por parte do capital cafeeiro ou mesmo do capital comercial em geral (Silva, 1976, p. 112-113).

Tabela 10 – Importação de Bens de Capital para a Indústria Brasileira, 1907-1914 (índice de quantum, 1939=100)

Ano	Importação
1907	93,0
1908	96,4
1909	102,9
1910	118,7
1911	153,6
1912	205,3
1913	152,6
1914	63,4

Fonte: A. V. Villela & W. Suzigan. Política do governo e crescimento da economia brasileira, 1889-1945. 3ª edição. Brasília: IPEA, 2001, p. 440.

Dessa forma, nossa idéia é de que o crescimento industrial do período em questão, 1906 a 1914, ocorre sob a acumulação do capital cafeeiro, visto que as altas taxas de rentabilidade financeira conquistadas pelo complexo permitem “vazamentos” para investimentos em projetos industriais.

Em suma, o próprio complexo exportador cafeeiro engendrou o capital-dinheiro disponível para a transformação em capital industrial e criou as condições a ela necessárias: parcela de força de trabalho disponível ao capital industrial e uma capacidade para importar capaz de garantir a compra de meios de produção e de alimentos e bens manufaturados de consumo, indispensáveis à reprodução da força de trabalho (Cardoso de Mello, 1998, p. 155-156).

A aceleração da taxa de acumulação do período em questão – que pode ser verificada pela Tabela 10 – indica que os fatores já mencionados (o aumento do gasto público, a manutenção da taxa salarial e, principalmente, a estabilização do câmbio) foram decisivos para o crescimento industrial.

Em suma, e no essencial, ao abandonar as políticas ortodoxas dos governos anteriores (1898-1906), o Brasil entrou num período de expansão da atividade interna, ancorado em um novo regime cambial e monetário, representado pela criação da Caixa de Conversão, que vinculava a economia nacional diretamente aos humores do mercado internacional, que, por seu turno, inicia um período de aceleração e crescimento a partir de 1908. No que diz respeito especificamente ao capital cafeeiro e seu complexo, é indiscutível a sua ascensão e crescimento, apoiado pelo câmbio favorável e pela recuperação dos preços do café no exterior a partir de 1909-10. A rentabilidade era grande, o que levou a investimentos maciços em outras atividades que não especificamente a produção de café. A indústria foi uma das maiores beneficiadas neste processo, incorporando forte incremento em

bens de capital: é importante lembrar que é neste instante que São Paulo ultrapassa o Rio de Janeiro como maior centro de produção industrial do Brasil.

No entanto, os mecanismos que geraram este crescimento estavam nitidamente ancorados em um regime cambial e monetário que não suportaria uma crise internacional, dada dependência deste mecanismo quase que absoluta do fluxo de capital externo e do comportamento das exportações. A elite cafeeira construiu sua *belle époque* sob bases muito frágeis e sob ameaça de uma grande guerra, o castelo de cartas começava a ruir.

A política econômica nos anos da grande guerra: 1914-1920

Como acreditamos ter ficado evidente, a condição *sine qua non* para que o processo de expansão da economia fosse mantido sob as mesmas bases com as quais fora construída a partir de 1906 era a entrada de capitais externos, seja sob a forma de divisas adquiridas pelos saldos da balança comercial, seja pelo fluxo de investimentos ou empréstimos estrangeiros. A partir de 1913, estes dois mecanismos de captação de recursos internacionais começaram a arrefecer.

Os instrumentos que a economia brasileira dependia para produzir os resultados econômicos que vinham sendo registrados desde 1906 começaram a sofrer uma reversão cíclica de grandes proporções. Em 1913, o Brasil registra seu primeiro déficit comercial do século XX (verificar Gráfico VII). Este ocorreu em função da queda dos preços do café por conta do fim da política de defesa, visto que tinham atingido 3,85 libra-ouro por saca em 1912, caíram a 3,07 em 1913, 2,39 em 1914 e 1,88 em 1915 e, também, pela redução dos preços da borracha, já que esta, por sua vez, sofreu um incremento na produção que, combinado com a crise dos Estados Unidos e a instabilidade monetária na Europa, resultou em queda de preços e de quantidade de exportação. O nível de importações, no entanto, manteve-se praticamente o mesmo por conta da ameaça de guerra, o que levou a um déficit ainda inédito no século XX na balança comercial em 1913.

Estas mudanças acabaram forçando retiradas da Caixa de Conversão, fazendo com que “a emissão de notas conversíveis em circulação, que atingira o nível máximo de 419 mil contos em fevereiro, caísse para 107 mil contos até agosto, causando neste período uma contração de 9,8% na base monetária”. Inicia-se, dessa forma, “um período de permanente crise de liquidez que se estenderia até a Guerra Mundial, alimentada pela contínua deterioração do balanço de pagamentos” (Fritsch, 1980, p. 292). Ou seja, o padrão-ouro brasileiro começava a desmoronar.

O comportamento do fluxo de capitais externos líquidos seguiu a

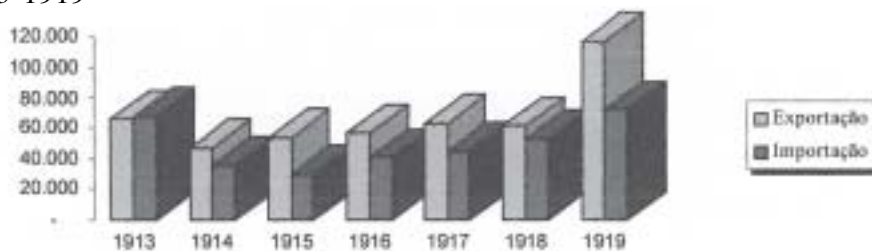
mesma tendência – associada à crise no centro do sistema –, isto é, também sofreu uma reversão cíclica, que levou a uma queda acentuada da entrada de recursos estrangeiros. Associa-se a tudo isso ainda a retomada dos pagamentos referentes ao *funding loan* de 1898 e de outros encargos contraídos nos anos de prosperidade. Novamente as contas públicas apresentam déficits crônicos que acusam o desequilíbrio que as finanças públicas passaram a enfrentar.

Era inevitável que esta crise atingisse em cheio a Caixa de Conversão: o mecanismo pelo qual ela funcionava associava-se diretamente a entrada e saída de divisas de ouro (moeda forte) para emissões com lastro. À medida que suas reservas iam sendo exauridas pela retirada dos capitais e pela queda das exportações, o meio circulante era contraído, causando recessão. Para se ter uma idéia do montante desta crise, em 1913, a Caixa de Conversão era responsável por cerca de 40% do meio de pagamento em circulação (Villela & Suzigan, 2001, p.104).

O início da guerra em meados de 1914 acabou sendo o golpe final no mecanismo da Caixa, que é fechada em 15 de agosto, tendo o governo que retomar as emissões de notas do Tesouro. Como resultado, o câmbio começa a desvalorizar-se, passando de 16,1 pence por mil-réis em 1913, para 14,8 em 1914 e 12,6 em 1915.

Assume a presidência da República Wenceslau Brás, com ele o Ministro da Fazenda passa a ser Pandiá Calógeras, o mesmo que, durante os debates parlamentares a respeito da Caixa de Conversão e da defesa do café, posicionou-se em frontal oposição ao que defendia a elite cafeeira paulista (Torelli, 2004, cap. I). Calógeras, em seu Relatório de 1915, mostrava-se profundamente preocupado com as quedas das receitas de exportação, mas principalmente, com a diminuição das importações, visto que a principal fonte de recursos do governo federal vinha do imposto alfandegário; além disso, colocava-se, agora, a favor de uma política de emissão, contrária aos seus princípios, mas, do ponto de vista conjuntural, era a única saída para a crise (Brasil, Ministério da Fazenda, 1915). Evidentemente, esta era resultado da guerra, que nos mantinha distante dos grandes mercados europeus. Realmente, observando os dados do Gráfico 7, percebemos uma queda radical das importações durante a guerra e são, logo após o seu fim, em 1919, retomado no mesmo patamar, representando uma demanda reprimida importante.

Gráfico 7 - Exportação e importação brasileiras (em milhões de libras) 1913-1919



Fonte: Brasil. IBGE. Anuário Estatístico do Brasil, ano V (1939/40). Rio de Janeiro: IBGE, 1941, p. 1.359.

Essas quedas na receita nos impõem a negociação de um novo acordo com os credores internacionais. Em outras palavras, para salvar o Estado, o governo federal é novamente impelido a negociar com os credores internacionais um *funding loan*. Um novo acordo para evitar uma moratória unilateral, mas sempre com a contrapartida a imposição de uma política monetária e fiscal austera, imposta pelos termos da negociação. Entretanto, não é esta a política que será adotada desta vez e isto por conta dos interesses da elite cafeeira paulista. Vejamos por quê.

Os preços do café continuavam caindo em moeda internacional, tendo seu nível mais baixo no período em questão no ano de 1915 (1,88 libra-ouro). Os estoques da primeira valorização já estavam praticamente todos vendidos, restando apenas o café preso em Havre, que foi negociado apenas em 1918. Diante deste quadro de queda dos preços e, também, pela grande safra de 1917/18, uma nova operação valorizadora do café se inicia em 1917. Entretanto, esta seria diferenciada em relação à de 1906 em um aspecto essencial: seu financiamento, por conta da guerra, foi feito com emissões do Tesouro.

Desde que as políticas ortodoxas dos ministros Murinho (1898-1902) e Bulhões (1902-1906) tinham sido colocadas em prática, o governo brasileiro não recorria às emissões para financiar seus déficits e, muito menos, para promover uma defesa de preços. Ao contrário, criou-se até o fundo de resgate do papel-moeda para retirar o meio de pagamento que se achava “desnecessário” em circulação. Entrementes, as condições específicas desta medida de valorização do café exigiam esta forma de financiamento:

Impossibilitado de recorrer ao crédito exterior, o governo federal socorreu-se, de novo, das emissões de papel-moeda, que não se verificaram desde 1898. Entre 1914 e 1918, realizaram-se emissões equivalentes a um milhão de contos de réis, o que compensou largamente o resgate das notas da Caixa de Conversão, pois o meio circulante, que era de 1.013 mil contos em 1912, atingia a 1.700 mil contos em 1918 (Delfim Netto, 1976, p. 68).

Com a entrada da safra nos portos, os estoques saltaram de menos de um milhão de sacas em julho de 1916 para quase seis milhões em julho de 1917. Certamente os preços em moeda nacional seriam rebaixados de maneira considerável se o São Paulo não tivesse agido e conseguido com o governo federal 110 mil contos das emissões, que vinham sendo realizadas pelo Tesouro, e comprado 3,1 milhões de sacas em Santos e no Rio de Janeiro.

Tabela 11 – Quantidade (milhões de sacas) e Valor (milhões de libras) do café exportado, 1913-1919

Anos	Quantidade	Valor
1913	13.268	40.779
1914	11.270	27.000
1915	17.061	32.191
1916	13.039	29.281
1917	10.606	23.054
1918	7.433	19.041
1919	12.963	66.081

Fonte: Brasil. IBGE. Anuário Estatístico do Brasil, ano V (1939/40). Rio de Janeiro: IBGE, 1941, p. 1.375.

De fato, as vendas só foram realmente afetadas de maneira assustadora nos dois últimos anos da guerra, quando foram exportados 10,6 e 7,4 milhões de sacas de café brasileiro em 1917 e 1918, respectivamente. A média dos cinco anos anteriores tinha sido de 13 milhões de sacas. Algo que associado à nova queda da taxa cambial com o fim das operações da Caixa de Conversão resultou em um ganho considerável em preços para os cafeicultores. Dessa forma, os níveis de rentabilidade do capital cafeeiro foram basicamente mantidos, mesmo num momento de crise internacional, como podemos observar pela Tabela 11.

No que se tange ao desenvolvimento industrial, o período da crise de liquidez (1913/14), acabou revelando também uma crise de sobreacumulação na indústria ligada ao complexo cafeeiro, visto que esta tinha aproveitado os anos de expansão (1906-1912) para aumentar intensamente sua capacidade produtiva com a importação de bens de produção. Entretanto, o início da guerra permitiu que esta capacidade produtiva viesse a ser absorvida pelo aumento da demanda reprimida pelo choque externo. Além disso, a indústria é fortemente beneficiada pela alta inflação, já que os salários não acompanhavam o aumento de preços dos bens de consumo industrial. Assim as margens de lucro do setor industrial devem ter-se ampliado consideravelmente.

Devido, no entanto, à existência de capacidade ociosa, à volta ao funcionamento de empresas postas fora de combate na crise de 1913/14, a às dificuldades de importar, a taxa de acumulação de capital produtivo manteve-se em baixos níveis (Cardoso de Mello, 1998, p. 166).

De resto,

a diversificação da produção agrícola, o declínio de certos ramos (como as ferrovias) e o desenvolvimento de atividades urbanas além da própria indústria estão entre os efeitos mais permanentes que se evidenciam durante a Primeira Guerra Mundial (Saes, 1986, p. 234).

A política econômica, no entanto, foi desarticulada para, num novo cenário sem recursos financeiros internacionais, subordinar-se aos interesses de defesa do café.

O complexo exportador cafeeiro atravessou a guerra e se manteve estruturalmente forte e como principal eixo econômico do país. A depreciação cambial e o retorno das emissões não eram ruins para o capital cafeeiro, que, sem a possibilidade de buscar financiamento no mercado financeiro internacional, conseguiu impor um programa de defesa dos preços do café com um mecanismo que havia sido abandonado vinte anos antes, sob a mão de ferro de governantes também ligados ao complexo cafeeiro: novamente a visão pragmática dos homens do café se apresenta como ilustração do único compromisso que esta elite possuía, a defesa dos seus interesses. Por outro lado, o breve período de crise da “quebra” da política cambial e monetária associada à Caixa de Conversão demonstrou os limites estruturais a uma expansão visceralmente associada ao padrão internacional de trocas para uma economia subordinada e periférica do sistema capitalista.

Considerações finais

A política econômica do período em estudo respondeu, no nosso entendimento, à dinâmica de inserção internacional do produto que garantia a renda na balança de pagamentos nacional, ou seja, o café. Para isso, neste período, três rumos diferentes foram tomados na tentativa de garantir esta inserção.

No momento em que o fluxo de capital externo exigia uma política econômica de recuperação das contas públicas, isto foi feito em benefício da elite cafeeira paulista. Num segundo momento, quando os preços do café se achavam extremamente deprimidos e a defesa deles passou a ser essencial para garantir os níveis de realização dos negócios cafeeiros, a valorização do café também foi feita.

Entretanto, quando as condições de financiamento externo não estavam mais presentes em função da Primeira Guerra Mundial, a ação imposta pela elite cafeeira paulista foi de defender o negócio em detrimento das condições das finanças públicas, negando profundamente toda a política adotada pelos mesmos homens componentes desta elite nos quinze anos anteriores.

Com estas constatações, nos permitimos levantar a hipótese de que a ação da elite paulista foi sempre pragmática na defesa dos seus interesses, mantendo sob suas orientações a política econômica de Estado para a garantia incondicional dos movimentos de rentabilidade do seu negócio do café, a despeito de qualquer doutrina ou ideologia.

Notas

¹ Quando nos referimos à elite paulista no período em questão (1898-1920), estamos falando a respeito daquele grupo que, com atividades nas diversas etapas de reprodução do capital cafeeiro, tinha articulação direta com o sistema internacional por meio do negócio de exportação do café. Como demonstra Flávio Saes, à medida que a economia paulista ligada ao café vai se desenvolvendo, formam-se claramente dois grupos distintos: o médio capital, ligado apenas à produção de café propriamente dita – a lavoura; e o grande capital, aquele que espalhou seus tentáculos pelas diversas etapas de realização do capital cafeeiro que é predominantemente mercantil – o grande capital cafeeiro. A elite paulista refere-se a este segundo grupo, já que é ele que dirige o processo de formação do Estado republicano. Cf. Flávio A. M. de Saes. *A Grande Empresa de Serviços Públicos na Economia Cafeeira*. São Paulo: Hucitec, 1986. Quanto à noção de capital cafeeiro e seu caráter mercantil ver: J. M. Cardoso de Mello. *O capitalismo tardio*. Campinas, SP: IE/Unicamp, 1998; e Sérgio Silva. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976. Nossa visão, portanto, é um pouco diferente daquela presente em Love, onde os aspectos políticos predominam em relação ao econômico na definição de elite. Cf. Joseph Love. *A locomotiva: São Paulo na federação brasileira, 1889-1937*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, cap. 5.

² A lei proposta por David Campista fixava o câmbio da Caixa em quinze dinheiros por mil-réis, garantindo aos bilhetes emitidos pelo novo aparelho curso legal. O ouro que a Caixa recebesse teria que ser conservado em depósito. Os bilhetes poderiam ser emitidos até que o teto de quinze milhões de esterlinos ou trezentos e vinte mil contos fosse atingido, podendo, então, por lei especial, ser elevada a taxa de emissão. O que a lei criava era uma espécie de currency board, que aprisionava o câmbio a uma taxa pré-fixada. A proposta era criar um banco regulador da moeda, funcionando também como um estabilizador cambial, procurando pôr fim nas especulações monetárias, já que o organismo tinha a capacidade de controlar e centralizar todas as reservas em moedas-ouro que o país viesse a possuir por saldos comerciais ou empréstimos estrangeiros.

Fontes

BRASIL. IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil, 1939-1940**. Rio de Janeiro: IBGE, 1941.

BRASIL. Ministério da Fazenda. “Relatório Apresentado ao Presidente dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda Dr. Joaquim Murтинho no ano de 1899”. In: *Documentos Parlamentares. Meio Circulante: emissões e resgate (1897-1902)*. Volume IV. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Comércio, 1914.

BRASIL. Ministério da Fazenda. **Relatório Apresentado ao Presidente dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda Dr. Leopoldo de Bulhões no ano de 1906**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1906.

BRASIL. Ministério da Fazenda. **Relatório Apresentado ao Presidente dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda Dr. David Campista no ano de 1907**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1907.

BRASIL. Ministério da Fazenda. **Relatório Apresentado ao Presidente dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda Dr. João Pandiá Calógeras no ano de 1915**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1915.

SALES, Manuel Ferraz de Campos. **Da propaganda à presidência**. Brasília: Editora da UnB, 1983. (Primeira Edição publicada em 1913).

Referências

CARDOSO DE MELLO, João Manuel. **O capitalismo tardio**. 10 edição. Campinas, SP: IE/Unicamp, 1998.

DEAN, Waren. “A industrialização durante a República Velha”. In: Boris FAUSTO (org.). **História geral da civilização brasileira**. Tomo III: O Brasil Republicano; 1º volume: Estrutura de poder e economia (1889-1930). 4ª edição. São Paulo: Difel, 1985.

_____. **A industrialização de São Paulo (1880-1945)**. São Paulo: Difel, 1971.

DELFIN NETTO, Antônio. **O problema do café no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1976.

FAUSTO, Boris. “Expansão do Café e Política Cafeeira”. Boris FAUSTO (org.). **História geral da civilização brasileira**. Tomo III: O Brasil Republicano; 1º volume: Estrutura de poder e economia (1889-1930). 4ª edição. São Paulo: Difel, 1985.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. **Rodrigues Alves: apogeu e declínio do presidencialismo**. Rio de Janeiro: José Olympio; São Paulo: Edusp, 1973.

FRITSCH, Winston. “Aspectos da política econômica do Brasil, 1906-1914”. In: Paulo NEUHAUS (coord.). **Economia Brasileira: uma visão histórica**.

Rio de Janeiro: Campus, 1980.

HOLLOWAY, Thomas. **Vida e morte do Convênio de Taubaté**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

KUGELMAS, Eduardo. **Difícil Hegemonia: um estudo sobre São Paulo na Primeira República**. São Paulo: FFLCH/USP, 1986 (tese de doutoramento).

LOVE, Joseph. **A locomotiva: São Paulo na federação brasileira, 1889-1937**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

PERISSINOTTO, Renato Monseff. **Estado e capital cafeeiro em São Paulo, 1889-1930**. São Paulo: Annablume, 1999.

PRADO, Maria Lígia & CAPELATO, Maria Helena. “A Borracha na economia brasileira da Primeira República”. In: Boris Fausto (org.). **História Geral da Civilização Brasileira**. Tomo III: O Brasil Republicano; 1º Volume: Estrutura de Poder e Economia (1889-1930), 4ª edição. São Paulo: Difel, 1985.

SAES, Flávio Azevedo Marques de. **A grande empresa de serviços públicos na economia cafeeira**. São Paulo: Hucitec, 1986.

_____. “Estado e sociedade na Primeira República: a questão monetária e cambial durante a crise cafeeira (1895-1906)”. **Revista Brasileira de História**, v. 01, nº 02, 1981.

SILVA, Sérgio. **Expansão do Café e Origens da Indústria no Brasil**. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

SINGER, Paul. “O Brasil no Contexto do Capitalismo Internacional, 1889-1930”. In: Boris FAUSTO (org.). **História geral da civilização brasileira**. Tomo III: O Brasil Republicano; 1º volume: Estrutura de poder e entre 1889 e 1930. Rio de Janeiro: Record, 1987.

SZMERECSÁNYI, Tamás & SAES, Flávio Azevedo Marques de. “**O capital estrangeiro no Brasil, 1880-1930**”. *Revista Estudos Econômicos*, v. 15, nº 02, 1985.

TOPIK, Steven. **A presença do Estado na economia política do Brasil entre 1889 e 1930**. Rio de Janeiro: Record, 1987.

TORELLI, Leandro Salman. **A Defesa do Café e a Política Cambial: os interesses da elite paulista na Primeira República (1898-1920)**. Campinas, SP: IE/Unicamp, 2004 (dissertação de mestrado).

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. **O teatro das oligarquias: uma revisão da “política do café com leite”**. Belo Horizonte: C/Arte, 2001.

VILLELA, Aníbal Villanova & SUZIGAN, Wilson. **Política do governo e crescimento da economia brasileira, 1889-1945**. 3ª edição. Brasília: IPEA, 2001.

Artigo recebido em 29.09.2007 e aceita a versão final em 25.09.2008